



PODER JUDICIÁRIO
JUIZADO ESPECIAL DO FORO REGIONAL DA COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE PIRAQUARA – ESTADO DO PARANÁ

Av. Getúlio Vargas, 1417 – Piraquara/PR - CEP 83.301-010 – Fone (41) 3375-2196

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

(NU 0005717-45.2015.8.16.0034 PROJUDI)

O Doutor RAFAEL VELLOSO STANKEVEZ, MM. Juiz de Direito do Juizado Especial do Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Piraquara, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que, nos **Autos de Cobrança Nº 0005717-45.2015.8.16.0034 (PROJUDI)**, movido por FABÍOLA FABRIS FERREIRA DA COSTA GAZIRI E OUTROS em face de ELIZABETH BARROZO ANTUNES (CPF: 445.260.169-34) e EDSON LUIZ DE CAMARGO (CPF: 960.049.679-04), serão levados a leilão judicial os bens abaixo descritos, observadas as condições gerais estipuladas:

1ª Leilão: 06/11/2017 às 14h30min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação.

2ª Leilão: 20/11/2017 às 14h30min, por preço igual ou superior a 50% do valor da avaliação.

MODALIDADE DO LEILÃO: Os leilões serão realizados presencialmente no escritório do Leiloeiro, com endereço à Rua Marechal Deodoro, 235, Sala 101/102, Curitiba/PR, **Telefone 0800.052.4520**, com **transmissão ao vivo** pela internet, bem como **eletronicamente** com recepção de lances *online* através do site **www.oleiloes.com.br**, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data do leilão, em ambos os casos com pagamento à vista. O interessado em adquirir o bem em prestações deverá apresentar proposta por escrito ao Leiloeiro antes do início do leilão.

LEILOEIRO: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no site www.oleiloes.com.br ou (41) 99870-7000.

DESCRIÇÃO DOS BENS: UM CONJUNTO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO COMPOSTO POR UMA MESA E TRÊS BALCÕES.

VISITAÇÃO E VISTORIA: Agendar com o Leiloeiro através do telefone ou e-mail contato@oliveiraleiloes.com.br.

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 5.000,00 (mov. 196.2).

DÉBITO EXECUTADO: R\$ 8.757,22 (mov. 146.1), sujeito à atualização.

ÔNUS: Nada consta nos autos.

DEPOSITÁRIO: A Executada Elizabeth Barrozo Antunes (mov. 196.2).

REMUNERAÇÃO DO LEILÃO: A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo credor; (c) em caso de remição, acordo ou transação, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento das despesas efetuadas. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão e ressarcimento, com correção.

OBSERVAÇÕES: O interessado em adquirir o(s) bem(s) em prestações deverá apresentar proposta por escrito ao leiloeiro até o início do leilão, na forma do art. 895 do CPC, sendo o pagamento preferencialmente à vista. O(s) bem(s) será(ão) entregue(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus, inclusive o(s) de natureza fiscal (conforme art. 130, § único, do CTN). O(s) bem(s) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(m), sendo responsabilidade do(s) interessado(s) realizar prévia vistoria com o(s) depositário(s) indicado(s). Correrão por conta do adquirente as despesas inerentes à eventual regularização, transferência e expedição da carta de arrematação. Em se tratando de bem móvel, fica o adquirente ciente de que haverá incidência de ICMS sobre o valor do arremate. Fica desde logo intimado o Executado das datas acima, se porventura não for encontrado para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889 do CPC e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(s), poderá remir a execução, consoante o disposto no artigo 826 do CPC. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o(s) bem(s) poderá(ão) ficar, a critério do Juízo, disponível(is) para venda direta pelo período de 90 (noventa) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 19 de outubro de 2017. Eu, Leiloeiro Público Oficial, que o fiz digitar, por ordem do MM. Juiz de Direito.

RAFAEL VELLOSO STANKEVEZ
Juiz de Direito